



TÍTULO DO TRABALHO	
A RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA E O TRABALHO ESTABELECIDADA PELO CAPITAL: O QUE ESTÁ EM JOGO NO DISCURSO DA EMPREGABILIDADE?	
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO
Frederico Dourado R. Morais	UEG
RESUMO	
<p>Este trabalho analisa o conceito de empregabilidade em relação ao entendimento do tema, vinculando-o a análises sobre a relação constituída pelo capital com a escola a partir das mudanças ocorridas no capitalismo, refletindo sobre a contribuição da escola para a criação do cenário ideal ao discurso capitalista da empregabilidade. Assim, apreendemos sobre o trabalho assalariado, emprego e empregabilidade no contexto do capitalismo do século XXI. Propõe-se ainda, refletir sobre a contribuição da escola para a criação do cenário ideal ao discurso capitalista da empregabilidade, onde lançamos mão da interpretação do processo de qualificação/desqualificação na formação do trabalhador como condição essencial (para o capital) para o alcance do emprego. Neste sentido foi feita uma revisão bibliográfica, tendo como base teórica a discussão trazida, principalmente, por Harvey (2009), onde o mesmo compreende que o fordismo não foi superado, mas que vivenciamos uma transição em curso para um modelo flexível, expondo que o modelo fordista ainda mantém seus traços no processo produtivo. O processo de pesquisa foi dirigido por uma perspectiva teórica e metodológica que considera a historicidade como elemento fundamental para compreensão da realidade observada e a realidade como resultado de múltiplas determinações históricas. Para se alcançar o conhecimento científico, se explicar qualquer objeto por meio da ciência torna-se fundamental ao pesquisador a retomada dos conceitos e teorias socialmente construídos. É por meio da teoria e, pelo pensamento, que as relações entre sujeito e objeto podem ser estabelecidas. Desta forma, o que temos é uma mudança no universo formativo, onde um aligeiramento na formação terá seu status elevado e alçado à condição de modelo pedagógico ideal na formação do trabalhador. O capital conseguirá implementar uma formação de mão de obra para o emprego, em detrimento a qualquer processo formativo que se fundamente na construção de um pensamento crítico, do desenvolvimento da criatividade e compreensão reflexiva do contexto histórico-social. O trabalho, enquanto um direito social foi remodelado em emprego, e este passa a ser responsabilidade individual, para tanto, a formação do trabalhador é aligeirada, e o trabalhador perde por completo seu domínio sobre o trabalho.</p>	
<p>Palavras-chave: Acumulação Flexível. Escola. Trabalho. Empregabilidade</p>	

A RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA E O TRABALHO ESTABELECIDADA PELO CAPITAL: O QUE ESTÁ EM JOGO NO DISCURSO DA EMPREGABILIDADE?

Frederico Dourado R. Morais¹

RESUMO:

Este trabalho analisa o conceito de empregabilidade em relação ao entendimento do tema, vinculando-o a análises sobre a relação constituída pelo capital com a escola a partir das mudanças ocorridas no capitalismo, refletindo sobre a contribuição da escola para a criação do cenário ideal ao discurso capitalista da empregabilidade. Assim, apreendemos sobre o trabalho assalariado, emprego e empregabilidade no contexto do capitalismo do século XXI. Propõe-se ainda, refletir sobre a contribuição da escola para a criação do cenário ideal ao discurso capitalista da empregabilidade, onde lançamos mão da interpretação do processo de qualificação/desqualificação na formação do trabalhador como condição essencial (para o capital) para o alcance do emprego. Neste sentido foi feita uma revisão bibliográfica, tendo como base teórica a discussão trazida, principalmente, por Harvey (2009), onde o mesmo compreende que o fordismo não foi superado, mas que vivenciamos uma transição em curso para um modelo flexível, expondo que o modelo fordista ainda mantém seus traços no processo produtivo. O processo de pesquisa foi dirigido por uma perspectiva teórica e metodológica que considera a historicidade como elemento fundamental para compreensão da realidade observada e a realidade como resultado de múltiplas determinações históricas. Para se alcançar o conhecimento científico, se explicar qualquer objeto por meio da ciência torna-se fundamental ao pesquisador a retomada dos conceitos e teorias socialmente construídos. É por meio da teoria e, pelo pensamento, que as relações entre sujeito e objeto podem ser estabelecidas. Desta forma, o que temos é uma mudança no universo formativo, onde um aligeiramento na formação terá seu status elevado e alçado à condição de modelo pedagógico ideal na formação do trabalhador. O capital conseguirá implementar uma formação de mão de obra para o emprego, em detrimento a qualquer processo formativo que se fundamente na construção de um pensamento crítico, do desenvolvimento da criatividade e compreensão reflexiva do contexto histórico-social. O trabalho, enquanto um direito social foi remodelado em emprego, e este passa a ser responsabilidade individual, para tanto, a formação do trabalhador é aligeirada, e o trabalhador perde por completo seu domínio sobre o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Acumulação Flexível. Escola. Trabalho. Empregabilidade.

Introdução

Em todos os períodos alterações significativas marcam as relações sociais em torno das esferas econômicas, culturais e políticas suscitando inúmeros debates teóricos,

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás/Campus Inhumas. E-mail: fredericodourado@gmail.com

ideológicos e reformas nos processos de formação humana, bem como concepções educativas. Especificamente, o final do século XX e início do século XXI traz, sem dúvida alguma, o traço do projeto neoliberal, da mundialização do capital, de uma gigantesca concentração de riqueza, da subordinação da ciência e tecnologia à lógica capitalista e a um aumento considerável da desigualdade social.

No contexto ideológico, torna-se uníssona a ideia de que estamos experimentando uma nova era, mediada pela tecnologia da informação e pela reestruturação produtiva. O entendimento é que a sociedade passa por níveis de complexidade jamais vistos, alterando a forma de ser e agir das pessoas e das instituições. As economias se internacionalizam, debates políticos extrapolam os limites geográficos, as informações circulam numa velocidade impensável em tempos passados. Um contexto onde foi deflagrada uma explosão tecnológica, que mudou consideravelmente o espaço produtivo, principalmente no que tange à automação, e a um processo de intensa evolução nas tecnologias da informação e comunicação, integrando nações e pessoas.

Paralelamente, os indivíduos são cada vez mais exigidos, para assumirem maiores responsabilidades e terem flexibilidade frente ao panorama social e econômico. De forma cada vez mais intensa, são cobradas as necessárias mudanças, atualizações e aperfeiçoamentos dos indivíduos e nos deparamos com novas requisições da sociedade, entre elas a de que os indivíduos se tornem empregáveis.

Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedente de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. (HARVEY, 2009, p. 175)

Assim, noções sobre competência, competitividade, qualidade total e empregabilidade são utilizadas como peças de um novo paradigma formativo, acalentados pela introdução de novos jargões ideológicos, como nos aponta Bourdieu & Wacquant (2000):

Em todos os países avançados, patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão, se puseram de acordo em falar uma estranha "novlangue" cujo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: "globalização", "flexibilidade"; "governabilidade" e "empregabilidade"; "underclass" e "exclusão"; "nova economia" e "tolerância zero"; "comunitarismo", "multiculturalismo" e seus primos "pós-modernos", "etnicidade", "minoridade", "identidade", "fragmentação" etc. (grifos do autor)

Portanto, chegamos ao século XXI com um modo de acumulação flexível que por sua vez atribui à escola um novo papel, que Gentili (1998) chama de educação para o desemprego. Neste sentido, os holofotes das políticas públicas, dos textos oficiais e

das conjecturas políticas e educacionais se voltam para uma escola que desenvolva nos indivíduos a capacidade de conseguirem (diga-se conquistarem) o seu emprego. Assim, as políticas educacionais, por exemplo, são focadas para garantir projetos que desenvolvam habilidades nos indivíduos e que os habilitem a batalharem pelas vagas (poucas por sinal) de empregos disponíveis.

Em decorrência, o capital instituiu um novo modelo de qualificação, exigido para o trabalhador, que atenda ao contexto de transformações dos padrões de organização do trabalho e que permita promover um perfil de trabalhador que atenda às exigências do mercado. Assim, a qualificação constante passa de uma opção para ser uma necessidade primária, para transitar neste novo mundo e adquirir a condição de empregável. Qualificação passa a ser palavra de ordem, e possuir qualificação passa à condição essencial para todos aqueles que desejam ser empregáveis. Este é o contexto onde a empregabilidade passa a vigorar.

O termo empregabilidade se refere às condições subjetivas de inserção e permanência dos sujeitos no mercado de trabalho, e, ainda, às estratégias de valorização e negociação de sua capacidade de trabalho. A origem deste termo pode ser encontrada na teoria do capital humano, que atribui, à educação, o papel econômico de potencializar as oportunidades de inserção dos indivíduos na vida produtiva. O uso deste termo tem-se tornado problemático quando se atém à promessa de integração dos sujeitos na atividade produtiva, em função de desempenhos e rendimentos individuais de capacidades valorizadas pelo mercado de trabalho, sem deixar explícito o caráter competitivo deste mercado, cada vez mais restritivo. (FIDALGO e MACHADO, 2000, p.141)

Amplia-se a desestabilização do trabalhador e o fim da estabilidade profissional. Momento que um discurso direcionado à conquista do emprego pelo indivíduo, um projeto que privilegie a competência individual em detrimento à qualificação do trabalhador, ganha vigor junto aos capitalistas do período, colocando uma nova demanda para a escola, num intenso e vigoroso movimento de adequação do ensino, às necessidades e exigências do setor produtivo. Lança-se aos indivíduos a responsabilidade em conquistarem as mais amplas e múltiplas competências para atenderem, a contento, e quando convocados, o mercado.

Assim, este trabalho se propõe a analisar o modelo de qualificação, apontado pelo regime de acumulação flexível, o conceito de empregabilidade em relação ao entendimento do tema, vinculando-o a análises sobre a inserção do indivíduo no mundo do trabalho e os respectivos processos formativos, evidenciando o discurso preponderante que transfere para o indivíduo a responsabilidade pela admissão dos mesmos no mercado de trabalho. Propõe-se ainda, refletir sobre a contribuição da escola

para a criação do cenário ideal ao discurso capitalista da empregabilidade, onde lançamos mão da interpretação do processo de qualificação/desqualificação na formação do trabalhador como condição essencial (para o capital) para o alcance do emprego.

A incerteza e a perspectiva da qualificação compulsiva ampliam a tensão sob os desempregados. A incerteza reduz o poder de negociação e aumenta a submissão a atividades degradantes e precárias. Além do mais, legitima estas atividades precárias, tais como o trabalho em tempo parcial, o contrato temporário, o trabalho domiciliar e até mesmo trabalho de alto risco para o trabalhador. Este discurso encorpa a presunção de que a contínua qualificação para o trabalho seja garantia de emprego, ocultando as condições excludentes que emergem da reestruturação produtiva.

O que está em jogo na empregabilidade

Com o desenvolvimento do modelo de acumulação flexível, a produção demanda um perfil profissional, capaz de se adequar aos modelos de produção instituídos. Trata-se de articular novas habilidades a novos modos de viver, adequados aos novos métodos de trabalho caracterizados pela automação e pelo desenvolvimento da microeletrônica. Na acumulação flexível que, comparando-se com a rigidez do fordismo, se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo, em busca de garantir a acumulação, tornam-se necessários novos formatos de disciplinamento da força de trabalho, sobre a qual recaem os resultados do acelerado processo de destruição e reconstrução de habilidades, os níveis crescentes de desemprego estrutural, a redução dos salários e a desmobilização sindical (HARVEY, 2009, p. 141).

Do mesmo modo, Harvey (2009, p. 118) afirma que a condição de existência de um regime de acumulação é a correspondência entre a mutação das condições de produção e de reprodução dos assalariados, de tal forma que os comportamentos de todos os tipos de atores político-econômicos mantenham-no em pleno funcionamento; ou seja, em relação entre as formas de disciplinamento e as necessidades do sistema produtivo, relativas à formação de trabalhadores e dirigentes. Este disciplinamento consideraria o desenvolvimento de habilidades e a promoção de atitudes que atenderiam aos requisitos do modo de produção.

Segundo argumenta Kuenzer (2007), enquanto no fordismo as escolas eram diferenciadas, segundo a classe social, na acumulação flexível, aparentemente, esta

dinâmica se diluiu. O novo discurso educacional enfatiza a formação de trabalhadores flexíveis, que, principalmente, sigam as rápidas mudanças tecnológicas em andamento. Essa transformação de foco será verificada pela formação especializada, substituindo uma formação promovida através da escolarização ampliada, onde caberá à educação básica o papel de garantir os conhecimentos que fundamentam as práticas sociais e desenvolver nos indivíduos a máxima de “aprender ao longo da vida”, proposta central do modelo educativo na acumulação flexível.

Desta forma, enquanto para um pequeno grupo de trabalhadores, àqueles que exercem o trabalho intelectual, é ofertada uma educação propedêutica, com formação científica e sócio-histórica avançada, com ampliação em cursos de especializações e pós-graduação, numa proposta de escolarização ampliada, de modo a garantir a posse do conhecimento estratégico, o que permite que a inovação científico–tecnológica continue a ser do capital. Por isso que na busca de atender às necessidades da produção, sob a égide da acumulação flexível, a escola é orientada a responder às demandas mercadológicas por profissionais dinâmicos, que acompanhem as recorrentes mudanças tecnológicas derivadas da expressiva produção informacional contemporânea, ao invés de profissionais memorizadores e repetitivos de outrora. Para os demais trabalhadores, continua a grande maioria, atuando em postos de trabalho de fácil substituição, com baixa qualificação e alta rotatividade – é oferecida uma escolarização de cunho geral, básico e complementada por cursos e treinamentos aligeirados. Como a ideia é substituir a estabilidade, a rigidez, pela dinamicidade, a escola se torna o espaço de assegurar a oferta das habilidades adequadas, que garantam o domínio de conhecimentos necessários ao trânsito neste modelo de produção.

De fato, podemos considerar que tivemos uma considerável expansão quantitativa do sistema de ensino. No entanto, este crescimento quantitativo não veio acompanhado de mudanças sociais significativas, e a promessa integradora atribuída à escola foi se desvelando à medida que a relação escolarização e desenvolvimento econômico não se efetivava. As décadas de 1970 e 1980 trouxeram consigo um declínio da taxa de crescimento econômico em todo o mundo, pondo fim à “fase de ouro” do capitalismo global e todas as promessas a ela agregadas.

Até então, o capitalismo mundial vivia uma fase de intenso crescimento, apoiado num Estado do bem-estar social com fortes investimentos sociais e de seguridade sociais. Porém, com a crise do regime de acumulação fordista, o Estado é enfraquecido e passamos a ter uma ideia de Estado mínimo e limitado. Inúmeras empresas estatais

são privatizadas e as políticas de proteção social são atenuadas. É neste momento que o emprego se torna instável e o ideal de uma escola provedora de trabalho é dirigido para a capacidade individual de garantir seu emprego e de prover as condições de se manter empregável. (CASTEL, 2008; GENTILI, 1998)

A escola passa a ter seu foco direcionado a uma lógica onde o indivíduo é responsável por se inserir e se manter no mercado, seja quais forem as condições apresentadas a ele pelo capitalismo. Para Paiva (2002), o que ocorreria de fato seria uma transposição da credibilidade da escola, como entidade integradora para o sujeito empreendedor, competitivo, que buscaria sua própria educação. Assim, passou-se de uma lógica da integração em função das demandas de caráter coletivo (a economia nacional, a competitividade das empresas, a riqueza social etc.) para uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional, para atingir melhor posição no mercado de trabalho (PAIVA, 2002, p.51).

Com o fim do pleno emprego, que seria alcançado por meio de um processo educacional coeso, a promessa integradora da educação consolida-se, agora, na promessa da empregabilidade, a qual espera que a escola gere experiências que permitam aos jovens passagens menos traumáticas no mercado de trabalho. Já àqueles que se encontram empregados, esta mesma diretriz é aplicada através da formação continuada, onde se exige do trabalhador uma série de condições, principalmente referentes à sua formação escolar, um conjunto de qualidades e, o mais importante, uma enorme capacidade de se reordenar, conforme os anseios do mercado a fim de conseguir manter-se em plenas condições de ser empregável. “O emprego como construção social ligado ao industrialismo, apoiado sobre contratos de trabalho e como proteção social, encontra-se num momento de redefinição.” (PAIVA, 2002, p.51)

A empregabilidade se torna o termo utilizado para designar a habilidade de reunir, num mesmo trabalhador, a adaptabilidade, a flexibilidade² e a criatividade levadas ao extremo, ampliadas pela concorrência severa, existente no mercado de trabalho devido à precarização do emprego. E neste caso, cabe ao trabalhador garantir o máximo das condições de competitividade, nem que necessário seja prescindir de suas

² Sobre o conceito de flexibilidade utilizado pelo capital, Castel explica que “a flexibilidade não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual. Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda.” (CASTEL, 2008, p. 517).

relações familiares e do convívio social, em prol da necessidade de se manter empregável.

Ramos (2006, p. 206) nos aponta que o capital indica a empregabilidade como sendo uma esperança objetiva ou a probabilidade mais ou menos elevada que pode ter uma pessoa à procura de um emprego, encontrá-lo, além de ser descrita como a manutenção em dia das competências necessárias e atuais, importantes ao exercício profissional. A formação/qualificação passa a ser a forma do trabalhador manter-se disponível/empregável ou com condições de alcançar uma vaga. O discurso da empregabilidade é pautado pelas virtudes individuais e pela capacidade do indivíduo de manter-se empregável ou empregar-se. O emprego definitivamente, se transfere para uma responsabilidade do indivíduo.

Entretanto, é preciso avaliar este aumento da escolarização da força de trabalho não apenas como fruto exclusivo de uma exigência do modelo produtivo em evidência, mas um efeito da exagerada oferta de força de trabalho, o que permitiu realizar uma seleção capaz de marginalizar os trabalhadores com menor escolaridade. Na medida em que há um acirramento da disputa por vagas de emprego e aumento da procura por uma ocupação, a escolaridade passa a ser a primeira etapa do processo de seleção.

Outro fator importante é o papel disciplinador e banalizador da força de trabalho, praticado pelo desemprego. O fordismo tornou a força de trabalho, um elemento de fácil substituição, o que levou o trabalhador a aceitar degradantes condições de trabalho na linha de montagem à custa do medo de perder seu emprego. O regime flexível apenas intensificou este recurso capitalista de controle do trabalhador. A responsabilização do indivíduo por garantir seu emprego, ampliou a concorrência por postos de trabalho, e a busca por garantir um posto de trabalho, leva o trabalhador a aceitar ritmos mais intensos de trabalho e a disponibilizar-se integralmente aos interesses das empresas. E as empresas amplificam a situação, com o uso da referência dos trabalhadores, “vestirem a camisa da empresa”, para a sobrevivência desta no mercado, e com ela, do emprego.

Além disso, por trás de todo o discurso acerca da empregabilidade, se esconde a busca pelo enfraquecimento dos vínculos trabalhistas, a precarização do trabalho, o aumento dos lucros e a isenção do capitalista quanto à responsabilidade pelo desemprego. Assim, da mesma forma, ganha força a promoção da individualização e paralelamente ganha destaque a desresponsabilização dos empresários e do Estado frente aos dilemas e desafios do mercado de trabalho. A Empregabilidade se caracteriza

como um conceito que isenta da empresa e do governo a responsabilidade pelo emprego e o desemprego, e o transfere para os sujeitos.

Fica oculta, sob o véu da empregabilidade, a desqualificação produzida pelo uso intensivo e pela severa variação dos padrões de tecnologia, a redução do emprego formal e a expansão da informalidade. A noção de empregabilidade está associada à competência individual. No código da empregabilidade estaria a garantia do emprego, omitindo a complexa teia de variáveis, que interfere na estrutura do mesmo. Este raciocínio promove a ufania de que a falta de competência individual (e da devida qualificação) estariam sedimentados às causas principais do desemprego. De tal modo, cresce a argumentação de que a reunião de competências necessárias à conquista do emprego é responsabilidade do trabalhador, que, de um lado, desobriga o Estado e o empresariado do papel de agentes formadores e de outro, esconde ainda mais os motivos preponderantes do desemprego, transformando a questão social numa coação individual, atribuindo aos trabalhadores desempregados a responsabilidade pela sua incapacidade, pelo seu fracasso e pela sua adversidade. Acentuar a responsabilidade individual do trabalhador na conquista do emprego mantém ocultas as limitações do mercado de trabalho e a incapacidade do mesmo em gerar empregos, além de retirar do poder público e das empresas o compromisso com o desenvolvimento econômico, com a geração de empregos e a formação do trabalhador.

A qualificação se torna, de modo geral, a grande preocupação dos indivíduos, tornando-se uma condição básica para realizarem suas pretensões profissionais e sociais. Ou seja, as transformações econômicas e a estrutura organizacional, a busca por uma estabilidade profissional, o processo de formação continuada, na qual são demandadas a aquisição e a atualização constantes de habilidades para atender demandas do mercado de trabalho são os fundamentos do conceito de empregabilidade. E manter a empregabilidade constitui na construção de um acervo dinâmico de competências, obtidas pela qualificação e requalificação ininterruptas.

Se anteriormente, como nos mostra Paiva (2002), bastava constatar através de diplomas e outras formas de atestado qualificatório que alguém era empregável nos postos disponíveis, aos quais correspondiam à formação socialmente oferecida pelo sistema educacional neste cenário, até indivíduos de baixa qualificação conseguiam emprego. Mas, a mesma autora alerta que a partir dos anos 1990, com a ascensão do discurso da empregabilidade, o cenário muda e neste caso ser empregável diz da qualificação, habilidades, disposição, atitudes dos indivíduos frente ao mercado.

A empregabilidade converte-se, neste caso, num corolário dos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação. Torna-se tarefa, das instituições que oferecem educação, tentar tornar sua clientela empregável, adequando seus cursos à demanda e incluindo na formação elementos subjetivos, capazes de assegurar maior adesão dos quadros às instituições e seus objetivos. (PAIVA, 2002, p. 58)

No entanto, compreender a dinâmica capitalista, inserida nos termos empregados por seus teóricos, demanda apreender todo o universo de questões envoltas. Neste caso, quando apresentamos o uso do termo “empregabilidade” e as exigências comportamentais e cognitivas espelhadas pelo capital na escola, podemos ser levados a ignorar o real significado do uso desta terminologia e de sua aplicação processual na rotina dos indivíduos. A flexibilidade e precarização do trabalho, conceitos contemporâneos, como nos explica Paiva (2002) são ligados à retração dos direitos e da proteção social dos trabalhadores e que tendem a se consolidar, na medida em que o trabalho perdeu força política frente ao capital.

E neste caso, quando se exige do trabalhador a capacidade de ser multitarefa em prol da dinâmica tecnológica da produção, requer deste profissional adaptação às variadas situações complexas e diferenciadas, impostas pela conjuntura produtiva. Portanto, a aclamada empregabilidade, conclui Del Pino (2002), trata-se para o assalariado de estar pronto para trocar constantemente de trabalho, de estar disponível para todas as mudanças e caprichos do mundo dos negócios.

O conhecimento passa então a ser disponibilizado (ou não), de acordo com as necessidades momentâneas do processo produtivo, onde a escola, deixa de ofertar uma formação continuada de qualidade e capaz de promover a autonomia dos indivíduos, e se torna um espaço certificatório. As exigências formativas são estabelecidas pela demanda da produção, que busca alinhar o imediatismo das mudanças com seu rol de tarefas laborais. A escola passa então a se constituir, perante a busca de respostas rápidas, a esta demanda. Não por acaso, fica estabelecida uma pauta de atendimento da escola à demanda produtiva e à formação do trabalhador a se constituir num instrumento modelável às intempéries da produção e do capitalismo.

Já não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis. (FRIGOTTO, 1998, p. 15).

Associa-se então, ao desemprego, um problema de qualificação da força de trabalho. De fora deste debate se cria uma impressão de que o desemprego é ocasionado unicamente pela má qualificação (ou falta de uma) do trabalhador, basta verificar a

forma como o tema é tratado pela mídia³ e até mesmo por representantes dos trabalhadores.⁴

Sob a égide da empregabilidade é lançada, sobre os ombros do trabalhador, a responsabilidade pelo seu estado laboral, diluindo-se a responsabilidade do Estado de promover efetivas políticas de emprego. Desconsidera-se, portanto, a necessidade de uma formação profissional que seja assentada em fins sociais e não por méritos individuais ou por ambição do mercado simplesmente.

A escola passa, a se desenhar em função dos interesses privados, produzindo, conforme nos mostra Gentili (1998, p. 89), a privatização da função econômica atribuída à escola, que será fundamental na desintegração do direito à educação. A escola se organiza a partir de então, perante o preceito da empregabilidade, onde se tornam relevantes o desenvolvimento de capacidades e a aptidão para a competitividade, para a disputa de uma vaga no mercado de trabalho. A formação ganha um papel estratégico no ingresso e na permanência do indivíduo em um emprego.

O que se observa então é um evidente processo de precarização do trabalho instituído sobre um surto da qualificação, que visa criar uma fantasia para resolver males que são inerentes ao capitalismo – como, por exemplo, o desemprego. Sendo que, em contrapartida, este aumento da escolarização e/ou qualificação formal acaba por destituir o trabalhador do processo de trabalho, onde empresários aproveitam o número cada vez mais elevado de profissionais com escolaridade superior disponíveis no mercado em funções ou postos de trabalho de baixos salários e sem a mesma exigência de qualificação.

Conjuntamente a este cenário, onde um arcabouço teórico se solidifica acerca da empregabilidade, envoltos sobre a intenção do capital de se reestruturar e ampliar seus lucros, temos também como nos mostra Paiva (2002), o abandono do conceito de qualificação e sua substituição pelo de competência⁵. A autora mostra que a qualificação, implica numa escolarização formal, relacionada aos anos de escolaridade e

³“Estudo eleva salário em 13%” – Jornal da Tarde, 27 de maio de 2010; “Curso melhora chance de emprego” Correio da Bahia, 31 de maio de 2010; “Falta de formação eleva desemprego entre jovens” Portal IG, 27 de maio de 2010.

⁴ Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 25 de março de 2011, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) no Brasil, reforça este imaginário ao afirmar que “a educação mudará a nossa realidade social e econômica, com reflexos diretos na qualidade de vida dos trabalhadores e na eficiência das empresas.”

⁵ Tendo sua origem nos setores de recursos humanos das grandes corporações, a noção de competência passou a ser utilizada como modelo estratégico de gestão e de formação profissional e que, após uma relativa divulgação no meio educacional, passou a ser gradualmente utilizada em políticas educacionais e propostas formativas.

uma conquista de diplomas, e tem uma relação direta com uma sociedade industrial e com o assalariamento.

No momento em que o trabalho assalariado se restringe e o mercado formal de emprego se estreita, em que se coloca em questão a tradicional divisão dos setores econômicos (primário, secundário e terciário), em que vai se perdendo a hierarquia de funções traduzidas em salários cada vez mais deixam de ser negociados coletivamente e tratam de responder ao quanto cada qual necessita para viver ao invés de assegurar patamares historicamente construídos e negociados, ao mesmo tempo em que se reintegram funções, o conceito de qualificação começa a ser substituído pelo de competência. (PAIVA, 2002, p. 59).

Estas mudanças, originadas pela reorganização do capitalismo, promovem, além de uma avaria considerável nos direitos trabalhistas conquistados, uma crise significativa no espaço do trabalhador, onde é configurada a extinção de inúmeros postos de trabalho, que esmaecem a dimensão social da qualificação como um valor coletivo ofertado pelo diploma, que dará lugar à supervalorização das habilidades individuais, habilidades essas delimitadas pelo mercado. É este o cenário que alimenta a noção de competência por se considerar o seu caráter prático e dinâmico.

O conceito de competência e seu vínculo com o discurso da empregabilidade

As mudanças no processo produtivo e na estrutura organizacional direcionaram para uma maior divisão dos trabalhadores e uma ascendente insegurança do emprego. Observa-se um discurso por um sistema educacional que promova uma formação básica e profissional flexível e polivalente, que contribua na construção de um trabalhador com habilidade para transitar pelas diferentes e mutáveis tarefas. Para o capital, a escola, precisaria se readequar a um novo paradigma formativo, cuja qualificação específica seria substituída por uma qualificação geral. Esta mudança estaria atrelada, justamente, a um modelo formativo, ligado às competências, por ser este modelo mais ajustado ao novo padrão organizacional flexível, focado na empregabilidade do trabalhador. Um bom exemplo está expresso nas palavras de uma consultora de recursos humanos que diz: “De nada adianta a formação se não houver competência.”⁶

Para compreendermos melhor o que vem ocorrendo nesta conjuntura do uso do termo competência é preciso trazer à tona algumas conceituações e diferenciações de significados. Importante que delimitemos os termos qualificações e competência. Apesar de serem tratados como sinônimos, estes termos são expressões de concepções teóricas diferentes. No contexto atual, o termo competência é apresentado como um conjunto de habilidades mais abrangente que qualificação, onde é defendida de forma

⁶ A moda dos “sem grife”. **Revista Ensino Superior**, 137 ed. São Paulo, fevereiro de 2010.

cada vez mais veemente a necessidade de substituir o conceito de qualificação profissional por um mais adequado às exigências do modelo produtivo em tona. Neste caso, a competência se encaixaria com mais amplitude às necessidades de flexibilidade e dinamismo do regime flexível.

A competência é o fortalecimento do aspecto pragmático da qualificação e ganha destaque por seu aspecto prático e experimental. Na competência aprecia-se o saber-fazer oriundo da experiência, que só é viabilizado por meio da conexão entre conhecimento formal e experimental, duas categorias importantes da qualificação. Nesse sentido, percebe-se uma divergência importante entre os dois conceitos, enquanto a competência é uma restrição da dimensão experimental da qualificação, já esta última, afirma Ramos (2006):

é compreendida (*a qualificação*) como uma construção social dinâmica, tomada como um construto, síntese das dimensões conceitual, social e experimental, que depende tanto das condições objetivas de trabalho, quanto da disposição subjetiva por meio da qual os trabalhadores coletivos constroem e reconstróem sua profissionalidade.(grifo nosso).

Deste modo, a noção de competência não substitui o conceito de qualificação, visto a divergência entre os conceitos. O que ocorre é uma mudança estrutural e a noção de competência passa a ser balizadora das estruturas existentes, atualizando os códigos e a linguagem no sentido de agrupar novos objetos e processos reconhecidos sob um ordenamento anterior. Assim, mesmo a noção de competência abarcando uma proposta individualista e de forte tendência a despolitizar as relações sociais, será esta noção que se consolidará no debate entre a escola e o mundo do trabalho. É também ela que aparece como novo mecanismo de regulação do acesso ao emprego e como certificadora individual para as novas tarefas e modificações das funções ocupacionais.

De fato, a partir da crise no regime de acumulação fordista, o capital passou a exigir mudanças na regulação do processo produtivo, no intuito de flexibilizar o uso do trabalho e dar maior liberdade na distribuição do trabalho na empresa. E com a complexa situação econômica, vivida pelo capital, aumentou a necessidade de alterações nas relações produtivas, de forma que as mudanças no contexto laboral se tornaram mais recorrentes. Como parte deste movimento é que o discurso acerca da noção de competência será privilegiado ainda mais em comparação ao que enfoca na qualificação.

Do mesmo modo, o conceito de qualificação passa, sob a ótica da empregabilidade, a ser questionado. Como Paiva (2002) explica, não são poucos os que consideram o conceito de competência mais adequado ao novo prospecto desenvolvido

pela empregabilidade, por se tratar de uma construção social mais complexa, visto que descola das instituições formais e da experiência adquirida para considerar aspectos individuais e subjetivos, enfim por dar mais peso aos aspectos relacionados à socialização. (PAIVA, 2002).

As “competências” não teriam um sentido mais restrito que qualificação; mas certamente supõem um atendimento mais restrito das necessidades do capital, por um lado, e a um preparo adequado aos novos tempos em que é preciso encontrar alternativas ao desemprego, por outro. Virtudes pessoais são acionadas como parte das competências em escala incomensuravelmente maior que quando se tratava de qualificação, mensurável por mecanismos mais objetivos num momento em que os empregos ou a inclusão dependiam menos do capital cultural e social dos indivíduos. (PAIVA, 2002, p. 57)

No campo educacional, uma importante referência teórica no que se refere à competência é o sociólogo suíço Philippe Perrenoud⁷. Para esse autor (1999), o tripé ler, escrever, contar, que caracterizou a escolaridade obrigatória no século XIX não está mais à altura das exigências de nossa época. Para ele, a abordagem por competências busca atualizá-la, suprindo esta lacuna.

A escolaridade funciona, baseada numa espécie de "divisão do trabalho" : à escola cabe fornecer os recursos (saberes e habilidades básicos), à vida ou às habilitações profissionais cabe desenvolver competências. Essa divisão do trabalho repousa sobre uma ficção. A maioria dos conhecimentos acumulados na escola permanece inútil na vida cotidiana, não porque careça de pertinência, mas porque os alunos não treinaram para utilizá-los em situações concretas. A escola sempre almejou que seus ensinamentos fossem úteis, mas frequentemente lhe acontece de perder de vista essa ambição global, de se deixar levar por uma lógica de adição de saberes, levantando a hipótese otimista de que elas acabarão por servir a alguma coisa. Desenvolver competências desde a escola não é uma moda nova, mas um retorno às origens, às razões de ser da instituição escolar. (PERRENOUD, 1999, p. 18)

E prossegue, afirmando que desenvolver as competências desde o início da escolaridade não está distante dos princípios essenciais da escola, pelo contrário. Em contrapartida, diz Perrenoud (1999), necessitaríamos de mudanças significativas na organização da escola.

Para Machado (2002), também atuante no estudo da tese defendida por Perrenoud, a abrangência da noção de competência é marcada pela sua característica de pertencer a uma pessoa e ainda argumenta que a formação básica e profissional devem estar alinhadas ao fornecimento de competências, objetivando o mercado de trabalho tal qual este se caracteriza atualmente. Já, Arruda (2000) faz referência ao conceito de competência, apresentando-o enquanto uma possibilidade de desvalorização da

⁷ Philippe Perrenoud é um sociólogo suíço que se tornou referência nas discussões acerca das competências aplicadas ao universo escolar no final do século passado e início deste. Perrenoud é doutor em sociologia e antropologia, professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Genebra e diretor do Laboratório de Pesquisas sobre a Inovação na Formação e na Educação (Life), também em Genebra.

certificação escolar em detrimento ao conhecimento tácito, numa valorização do saber do trabalhador e de sua ação laboral. Representaria a valorização da experiência profissional, das atitudes e comportamentos enriquecidos no ambiente de trabalho em contraposição ao saber escolar. Deste modo, o modelo da competência seria a superação do coletivo, que cede lugar ao individual e a competência vai exteriorizar a eficiência e produtividade do indivíduo. A competência está intimamente relacionada aos objetivos e metas da organização e à capacidade dos indivíduos de responder a estes propósitos.

A lógica das competências busca estabelecer uma base individualizante, sobre a qual serão definidas carreiras, salários e profissões. O certo é que o discurso da empregabilidade encontra na concepção de competência um aliado ao seu dogma conceitual que trata de responsabilizar os indivíduos quanto ao desenvolvimento de aptidões e habilidades, requeridas pelas mudanças tecnológicas e organizacionais e que criam novas situações de trabalho, a fim de garantir produtividade e competitividade às empresas. Numa sociedade, onde o emprego se torna uma conquista individual, a lógica da competência leva os indivíduos a buscarem a empregabilidade, com vistas a fugir do “fantasma do desemprego”.

Assim, a falácia da competência justifica a soberania do individualismo, mediante a qual, os produtos da atividade humana aparecem como mágicas, pois se apresentam independentes das relações sociais (MACHADO, 1998, p. 5). Nessa mesma linha de raciocínio, Ramos (2006, p. 135) também evidencia a ideologia subjacente à noção de competência – Noção de raiz essencialmente individual, identificável nas ações práticas da vida, seja na dimensão das relações em geral, seja especificamente no âmbito do trabalho, quando ganham significados bastante peculiares. Além do mais, este conceito se estabelece diante de um sistema para regular os meios de acesso ao emprego e como um mecanismo de reconhecimento individual de competências para as demandas do sistema produtivo. A ideia de competências, colocada sobre o indivíduo, difunde a falsa noção de que a escola seria capaz de promover o encontro entre a formação e o emprego (RAMOS, 2006, p.221).

Neste sentido, o indivíduo competente é aquele capaz de conquistar resultados, por intermédio de seus méritos, independente das relações sociais onde se insere – um verdadeiro culto ao individualismo. O que se propõe à escola é que ela prepare o sujeito para resistir ao desemprego. O acesso ou não ao emprego dependerá exclusivamente da competência individual e estará ligada à capacidade deste em manter-se devidamente atualizado em um, denominado pelos defensores da competência, mundo em mudança.

Neste caso, o modelo formativo necessário se constituiria naquele que aproximaria as competências individuais desenvolvidas, daquelas requeridas pelo processo produtivo.

Entretanto, a substituição do termo qualificação por competência não altera a dinâmica que se realiza entre as forças produtivas e as relações de produção. Ambos os conceitos não superam as relações de dominação estabelecidas no mundo do trabalho e nos dois casos permanecem, sem qualquer alteração, as bases da dominação do capital, seja pelas estratégias da divisão social, seja pela organização do processo produtivo em si. Se no modo de acumulação fordista era requerido um trabalhador obediente e integrado que disponibilizasse toda sua energia em prol da empresa, o mesmo encontramos na atual acumulação flexível. Ainda que se exija deste trabalhador uma maior capacidade de pensar, criar e resolver problemas, contudo a obediência e a servidão são as mesmas.

Considerações Finais⁸

Apesar de desenvolver, no imaginário social, que o desemprego pode ser atacado simplesmente com mudanças formativas nos indivíduos, convém pontuar que se o mercado de trabalho não possibilita espaços laborais suficientes diante das mobilidades do sistema econômico, o aumento dos níveis escolares apenas irá substituir os menos escolarizados, pelos mais escolarizados ao acesso às melhores oportunidades. As juras de promoção social, por via da disputa entre os indivíduos, escondem as implicações da divisão social e embaraçam a apreensão da totalidade no processo produtivo capitalista.

Desta forma, o que temos é uma mudança no universo formativo, onde um aligeiramento na formação terá seu status elevado e alçado à condição de modelo pedagógico ideal na formação do trabalhador. O capital conseguirá implementar uma formação de mão de obra para o emprego, em detrimento a qualquer processo formativo que se fundamente na construção de um pensamento crítico, do desenvolvimento da criatividade e compreensão reflexiva do contexto histórico-social.

O capital, sorrateiramente institucionalizou a legitimação das mudanças no mercado de trabalho, via o discurso da empregabilidade e das competências, onde responsabilizou os indivíduos pela sua condição de empregado/desempregado. O trabalho, enquanto um direito social foi remodelado em emprego, e este passa a ser

⁸ Este trabalho recebeu o apoio financeiro da UEG, por meio do Programa de Auxílio Eventos (Pró-Eventos).

responsabilidade individual, para tanto, a formação do trabalhador é aligeirada, e o trabalhador perde por completo seu domínio sobre o trabalho.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. **Qualificação versus Competência**. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, v.26, n.2, p. 18-27, Mai/Ago. 2000

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. **A nova bíblia de Tio Sam**. Jornal Le Monde Diplomatique, edição brasileira, ano 1, n. 4, maio de 2000. Disponível em <<http://diplo.dreamhosters.com/2000-05,a1729.html>>. Acesso em 28 de novembro de 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (Coleção Zero a esquerda)

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In. GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. **A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3ª ed. SP: Cortez, CLACSO, 2002. Pags. 65-88

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (ed). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: UFMG/FAE/Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.), **Educação e crise do trabalho - perspectivas de final de século**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 18 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

KUENZER, Acacia Z. **A relação trabalho e educação e os sentidos do trabalho**. Texto encomendado pelo GT Trabalho e Educação, para a 30ª reunião anual da ANPed. Caxambu, 2007.

MACHADO, Lucilia Regina de Souza. **Educação básica, empregabilidade e competência**. Revista Trabalho e educação, Belo Horizonte: NETE/FAE/UFMG, n. 3, p. 15-21, jan./jul. 1998.

MACHADO, Nilson José. Sobre a ideia de competência. In: PERRENOUD, P. et al. **As Competências para ensinar no século XXI – a formação de professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 137-155.

MARX, Karl. **Teorias do mais-valia : historia critica do pensamento econômico (livro 4 de O Capital)**. São Paulo: Difel, 1980

_____. **O Capital**. Livro Primeiro, vol. I. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1982.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. Edições Avante. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>>. Acesso em 02 fev. 2011.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. 2. ed. Sao Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Estud. av. [online]. 1998, vol.12, n.34, pp. 7-46.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In. GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. **A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3ª ed. SP: Cortez, CLACSO, 2002. Pags. 49-64

PERRENOUD, Philippe. Construir competências é virar as costas aos saberes? In Pátio. Revista Pedagógica (Porto Alegre, Brasil) n° 11, Novembro 1999, pp. 15-19.

RAMOS, Marise N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006